



O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIFESSPA E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO PARA ESTUDANTES INDÍGENAS: CURRÍCULO E INTERCULTURALIDADE

Jhemerson da Silva e Neto¹

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3802-6797>

Ana Clédina Rodrigues Gomes²

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7152-4237>

RESUMO

A presente pesquisa se insere no campo de estudos sobre currículo, interculturalidade e formação inicial de professores. Teve como objetivo caracterizar as políticas curriculares voltadas para a formação de professores da educação básica com foco na abordagem em Educação Escolar Indígena (EEI) no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Apoiou-se na concepção de interculturalidade crítica, amparada por uma ótica decolonial. Teve como fio condutor uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-exploratória. Também utilizou a análise de conteúdo para o tratamento dos dados a partir dos documentos examinados, a saber: Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, para a Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, EEI, Formação de Professores Indígenas, bem como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da Unifesspa. As etapas foram: 1) exploração do material; 2) interpretação dos resultados obtidos; 3) sintetização e seleção dos resultados; 4) categorização; 5) inferência. Os resultados apontaram que a despeito das lacunas nas DCN analisadas e na estrutura curricular do curso de Pedagogia da Unifesspa, no que tange aos conceitos de interculturalidade e currículo, reconhece-se que o PPC em vigor do curso supracitado caminha rumo à construção de uma perspectiva intercultural de currículo. Assim, a presente pesquisa visa contribuir com reflexões que vão ao encontro de problematizações em relação à estrutura curricular do referido curso, buscando uma abordagem horizontal e inclusiva dos saberes que constituem sua tessitura curricular, compreendendo a formação inicial de professores atrelada à dimensão cultural no contexto em que os discentes indígenas se inserem/inserirão.

Palavras-chave: Ensino Superior; Interculturalidade; Estudantes Indígenas.

1

THE UNIFESSPA PEDAGOGY COURSE AND INCLUSION POLICIES FOR INDIGENOUS STUDENTS: CURRICULUM AND INTERCULTURALITY

ABSTRACT

This research is part of the field of studies on curriculum, interculturality and initial teacher education. It aimed to characterize the curricular policies aimed at the training of basic education teachers with a focus on the approach to Indigenous School Education (EEI) in the Pedagogy Degree course at the Federal University of the South and Southeast of Pará (Unifesspa). It was supported by the concept of critical interculturality, supported by a decolonial

¹ Pedagogo pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Marabá, Pará, Brasil. E-mail: jhemersonsn@unifesspa.edu.br.

² Doutora em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Marabá, Pará, Brasil. E-mail: ana.cledina@unifesspa.edu.br.

perspective. Its guiding thread was a qualitative, descriptive-exploratory approach. It also used content analysis for the treatment of data from the examined documents, namely: National Curriculum Guidelines for the Pedagogy course, for Basic Education, Early Childhood Education, Elementary Education, EEL, Training of Indigenous Teachers, as well as the Pedagogical Project of the Course (PPC) of Pedagogy of Unifesspa. The steps were: 1) exploration of the material; 2) interpretation of the results obtained; 3) synthesis and selection of results; 4) categorization; 5) inference. The results showed that despite the gaps in the analyzed DCN and in the curricular structure of the Pedagogy course at Unifesspa, regarding the concepts of interculturality and curriculum, it is recognized that the PPC in force of the aforementioned course is moving towards the construction of a perspective intercultural curriculum. Thus, the present research aims to contribute with reflections that meet problematizations in relation to the curricular structure of that course, seeking a horizontal and inclusive approach to the knowledge that constitutes its curricular fabric, including the initial training of teachers linked to the cultural dimension in the context where indigenous students are inserted / will be inserted.

Keywords: Higher Education; Interculturality; Indigenous Students.

CURSO DE PEDAGOGIA Y POLÍTICAS DE INCLUSIÓN DE UNIFESSPA PARA ESTUDIANTES INDÍGENAS: CURRÍCULO E INTERCULTURALIDAD

RESUMEN

Esta investigación se enmarca dentro del campo de estudios sobre currículum, interculturalidad y formación inicial del profesorado. Su objetivo era caracterizar las políticas curriculares destinadas a la formación de maestros de educación básica con un enfoque en el enfoque de la Educación Escolar Indígena (EEI) en el curso de Pedagogía en la Universidad Federal del Sur y Sudeste de Pará (Unifesspa). Fue apoyado por el concepto de interculturalidad crítica, apoyado por una perspectiva descolonial. Su hilo conductor era un enfoque cualitativo, descriptivo-exploratorio. También utilizó análisis de contenido para procesar datos de los documentos examinados, a saber: Pautas Curriculares Nacionales para el curso de Pedagogía, para Educación Básica, Educación Infantil, Educación Primaria, EEL, Capacitación de Maestros Indígenas, así como el Proyecto del Curso Pedagógico (PPC) de Pedagogía de Unifesspa. Los pasos fueron: 1) exploración del material; 2) interpretación de los resultados obtenidos; 3) síntesis y selección de resultados; 4) categorización; 5) inferencia. Los resultados mostraron que, a pesar de las brechas en el DCN analizado y en la estructura curricular del curso de Pedagogía en Unifesspa, con respecto a los conceptos de interculturalidad y currículum, se reconoce que el PPC en vigor del curso antes mencionado se está moviendo hacia la construcción de una perspectiva curricular intercultural. Por lo tanto, la presente investigación tiene como objetivo contribuir con reflexiones que respondan a las problematizaciones en relación con la estructura curricular de ese curso, buscando un enfoque horizontal e inclusivo del conocimiento que constituye su tejido curricular, incluida la formación inicial de docentes vinculados a la dimensión cultural en el contexto. donde los estudiantes indígenas son insertados / serán insertados.

Palabras-clave: Educación Superior. Interculturalidad. Estudiantes Indígenas.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas que se localizam na mesorregião do sul e sudeste do Pará constituem-se como parte significativa da história e cultura brasileira e do estado. São 12 (doze) povos³ falantes de 8 (oito) línguas diferentes⁴, cada um dos quais possui suas cosmovisões e singularidades e, ao mesmo tempo, todos possuem elementos que os aproximam, como fazer parte de um mesmo estado, enfrentar problemáticas de

³ Amanayé; Asuruni do Tocantis (Trocará); Atikum; Akrätikatêjê; Parkatêjê; Kyikatêjê; Guajajara; Kayapó-Mebengokrê, Mbyá-Guarani, Parakanã, Suruí-Aikewara e Xikrín do Cateté (ALENCAR, 2018).

⁴ Gavião Parkatêjê, Mebengokrê, Kayapó, Aikewara, Parakanã, Tenetehara-Guajajara, Asurini do Tocantins (Trocará) e Guarani-Mbya (ALENCAR, 2018).

cunho social, entre outros. Assim, a população indígena imprime suas marcas, como suas características culturais e saberes que influenciaram diretamente os modos de ser, viver e sentir da população brasileira, seja pelas marcas que sofreram ao longo da história, sendo uma delas os eventos de genocídio, mais fortemente ocorridos nos processos de colonização e de subalternização europeia, bem como os conflitos que ainda ocorrem, ocasionados pelo avanço desordenado do agronegócio na Amazônia Paraense e a luta pela demarcação de terras, tendo como consequência a devastação da floresta amazônica e com efeito a morte de inúmeros indígenas, o êxodo dessas populações de suas terras, entre outros graves problemas.

Diante de tal contexto, o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará (Unifesspa), por se localizar em uma região de densidade da população indígena, precisa considerar um currículo que seja intercultural de modo a favorecer a formação de pedagogos(as) que possam atuar também no âmbito da Educação Escolar Indígena (EEI).

Assim, vale ressaltar que, após a última década do século XX, a educação escolar voltada para os povos indígenas passou a representar um dilema: de um lado, conquistas oriundas da reivindicação dos movimentos indígenas, asseguradas por leis e decretos que visavam a um fazer escolar sob a perspectiva de uma educação intercultural e bilíngue para os povos indígenas; do outro, o desafio para a efetivação de tais políticas, bem como a superação de barreiras sociais, preconceitos e discriminações que se velam por meio do chamado mito da democracia racial. Neste aspecto, é necessário não somente uma mudança de paradigma no que concerne à uma educação intercultural. Trata-se de almejar uma sociedade que tenha sensibilidade às questões sociais, culturais e políticas que estão por trás – ou à frente – dos desafios postos para a efetivação de uma educação intercultural.

Partindo-se dessa ótica, a educação escolar constitui-se de forma dicotômica para os povos indígenas, podendo funcionar tanto como um mecanismo emancipatório e de empoderamento desses atores sociais na luta pela promoção e valorização de suas culturas, línguas, saberes etc., quanto na forma de um agente homogeneizador de todos esses aspectos. Nesse sentido, as Instituições de Ensino Superior (IES), enquanto agências de formação, não podem se abster desse debate político e epistêmico, principalmente aquelas instituições que possuem em seu entorno populações tradicionais que ingressam em seus espaços, como é o caso da Unifesspa, que desde a sua criação, no ano de 2013, vem promovendo a discussão em torno da diversidade cultural que constitui a mesorregião na qual está localizada.

No cerne dos debates que envolvem diversidade e inclusão, a Unifesspa vem realizando ações, nas quais questões desse cunho podem ser discutidas, como seminários temáticos, encontros acadêmicos com temáticas específicas no campo da

diversidade, entre outros, que vêm promovendo importantes reflexões e alinhamento de ações institucionais em torno dos aspectos da interculturalidade.

Nesses eventos, foi possível ouvir alguns depoimentos de estudantes indígenas sobre as questões da diversidade/interculturalidade. Em suas falas, foram levantadas questões referentes à ausência de processos formativos (práticas pedagógicas, disciplinas, ausência de conteúdos, discussões, eventos, ações de ensino, pesquisa e extensão) em seus respectivos cursos, no sentido de promoverem o diálogo entre os conhecimentos – ditos – científicos e os conhecimentos dos povos tradicionais.

Em um dos eventos, foram discutidas as políticas de ações afirmativas para negros, indígenas e quilombolas na Unifesspa, além da proposta de criação do Núcleo de Ações Afirmativas Diversidade e Equidade (NUADE), que veio a ser oficializado no mês de abril de 2018. Também foram ouvidos os discentes desses grupos sociais citados, momento em que pôde-se perceber que a questão das políticas de inclusão é uma problemática que ainda precisa ser (re)pensada, o que significa que as discussões acerca da temática intercultural se fazem presentes nos contextos sociais, políticos e culturais que compõem a Unifesspa, mas que ainda se faz importante e necessário refletir sobre tais dimensões, o que este trabalho se propõe, realizar essa discussão no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia da instituição supracitada.

No ano de 2016, a Unifesspa realizou uma pesquisa-diagnóstico (UNIFESSPA, 2016), no intuito de compreender as demandas e as necessidades de estudantes indígenas e quilombolas que ingressaram na instituição durante o período de 2010 a 2016. Tal documento contém informações como: sexo, faixa etária, estado civil, etnia, forma de ingresso, cursos escolhidos, entre outras. Além disso, foram realizadas entrevistas, com vistas a abordar aspectos concernentes aos percursos desses sujeitos na educação básica, relação com a família e a comunidade das quais são oriundos, bem como sua relação com a universidade.

Um dado interessante desse diagnóstico diz respeito aos cursos mais procurados pelos estudantes indígenas. Dos 96 (noventa e seis) estudantes que ingressaram nos cursos ofertados pela Unifesspa no período supracitado, 48 (quarenta e oito) estudantes indígenas matricularam-se em cursos de licenciatura. Isso significa que metade do total geral optaram por cursos voltados para a formação de professores. Destaca-se ainda que do quantitativo ingressante em cursos de licenciatura, 13 (treze) vincularam-se ao curso de Pedagogia, ou seja, 14% do total geral, ou 29%, se calculado proporcionalmente ao total de ingressantes nos cursos de licenciatura.

Além disso, a grande procura de indígenas pelo curso de Pedagogia se justifica pela quantidade de escolas indígenas na região, as quais provocam a necessidade

de instrumentalização desses sujeitos para atuar na Educação Escolar Indígena (EEI), uma vez que essa a carência de professores indígenas faz com que muitos professores não-indígenas atuem nas escolas das aldeias.

Neste aspecto, o presente trabalho se configura como recorte da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do primeiro autor, sob a orientação da segunda autora, realizada durante o ano de 2019 e que teve como objetivo caracterizar as políticas curriculares voltadas para a formação de professores da educação básica com foco na abordagem em Educação Escolar Indígena (EEI) no curso de Licenciatura em Pedagogia Unifesspa, tendo em vista o crescimento do número de estudantes indígenas que ingressam no curso supracitado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pensar em uma universidade que respeite os diferentes modos de ser, viver, sentir e estar exige refletir acerca de uma gama de processos que se inter-relacionam. Demanda que as esferas políticas, econômicas, sociais e culturais entrem em comum acordo, a fim de criarem mecanismos que permitam que a diversidade possa ser considerada uma riqueza, valorizando assim, por exemplo, os povos indígenas e africanos, os quais sofreram violentos processos de genocídio e diásporas durante o período de colonização das Américas e do continente Africano, os quais tiveram como consequência o apagamento de parte de suas culturas ao longo da história. Para tanto, faz-se necessário que as ações nas diferentes esferas supracitadas dialoguem a partir de uma perspectiva intercultural crítica, uma vez que tal ótica indaga as assimetrias sociais presentes na sociedade a partir de um viés estrutural-colonial-racial (WALSH, 2009).

De acordo com Walsh (2007), o conceito de interculturalidade, tal como é concebido hoje, como um princípio ideológico, advém dos movimentos indígenas da América Latina nas décadas finais do século XX, sobretudo, os movimentos indígenas do Equador. Nesta ótica, o conceito de interculturalidade se caracteriza como um pensamento outro, dado o fato de ter fundamentação teórica a partir dos movimentos sociais, como também, não ser produzido nos centros geopolíticos de produção do conhecimento científico, isto é, na parte de "cima" do mapa, no Norte Global. Ainda de acordo com a autora, a interculturalidade tem servido de gancho de mercado para propostas neoliberais em educação (WALSH, 2009). Assim, define três tipos de interculturalidade: a relacional; a funcional; e a crítica.

A interculturalidade relacional é a definição mais básica e geral da perspectiva intercultural, a qual parte do contato ou intercâmbio cultural nas relações intersocietárias. Todavia, esse movimento pode se dar tanto em condições iguais,

quanto desiguais. Partindo-se dessa lógica, assume-se processos de minimização e/ou ocultação dos conflitos epistêmicos, culturais, de poder, dominação e colonialidade (WALSH, 2009).

A perspectiva adotada pela interculturalidade funcional considera a diversidade e a diferença cultural existente entre os variados grupos sociais, no intuito de incluir estes sujeitos no bojo da estrutura social dominante, isto é, não busca de fato uma mudança no *status quo* vigente e não propõe uma mudança de paradigma acerca das desigualdades sociais e culturais presentes na sociedade contemporânea.

O terceiro tipo, dimensão na qual pauta-se a presente pesquisa, intitulada interculturalidade crítica, não parte do problema da diversidade ou da diferença cultural, mas sim, dos questionamentos acerca da estrutura colonial racializada e hierarquizada (WALSH, 2009). Tal perspectiva tece críticas sobre os processos de construção do conhecimento, bem como as demais estruturas que se moldam a partir de procedimentos de globalização vinculados por uma lógica eurocêntrica e hegemônica (SANTOS, 2009). Por fim, a interculturalidade crítica é um conceito que está em permanente construção.

Ora, pensar uma educação que promova um diálogo intercultural e o respeito às diferenças requer uma série de desafios epistemológicos, sociais e culturais. Apesar da pluriétnicidade do Brasil e passados quase dois séculos de sua independência, o que ainda se vê é um ideário social marcado pela colonialidade do poder, isto é, uma perspectiva de sistema-mundo totalmente voltado para o Norte Global (QUIJANO, 2007).

Historicamente, o currículo escolar no Brasil legitimou as epistemologias do colonizador que promoveu a subjugação, a subalternização e a inferiorização dos saberes dos povos tradicionais africanos e indígenas. Apesar da nossa Magna Carta de 1988 garantir os "Direitos Culturais", na Seção II, Art. 215, parágrafo 1º, que dispõe sobre a cultura, observa-se que na prática ocorreram muitas resistências para que as culturas afro-brasileira e indígena fossem inseridas nas políticas de currículo no Brasil (MARQUES; CALDERONI, 2016, p. 301).

Os autores destacam que as epistemologias promovidas pelo currículo oficial do Estado Brasileiro desde sempre se fundamentaram em uma perspectiva eurocêntrica, racista e discriminatória. Mesmo quando o debate e reconhecimento acerca da diversidade se sustenta e torna-se garantido pela força da lei, nota-se uma demasiada resistência no que concerne à sua legitimação, muitas vezes justificada pelo mito da democracia racial (MUNANGA, 2010).

Nessa ótica, percebe-se que a seleção cultural dos conteúdos curriculares nos cursos de formação inicial de professores pelas IES segue uma perspectiva centrada no Norte Global. Desse modo, estabelecem um pensamento que impossibilita a

coexistência dos saberes locais e globais em um mesmo espaço (SANTOS, 2009). Em outras palavras, tal perspectiva concede à ciência – dita – moderna o poder de (in)validar e (in)visibilizar outras formas de conhecimento, de modo que se entenda que

[...] do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica (SANTOS, 2009, p. 25).

Nesse aspecto, compreendemos que a perspectiva intercultural crítica, a qual fundamenta a pesquisa em destaque, não pode estar desatrelada de uma ótica decolonial. Quijano (2007), compreende a decolonialidade como um projeto político e ideológico que questiona os padrões de poder, de hierarquização e classificação social oriundos dos processos de colonização.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico a partir de temas centrais que compuseram a presente pesquisa, tais como: formação de professores da educação básica (para a diversidade); EEI; estudantes indígenas; interculturalidade; decolonialidade. Após isso, realizou-se um levantamento e a análise de documentos referentes às dimensões de currículo e formação de professores para a educação básica, ou seja, foram analisadas as seguintes Diretrizes Curriculares Nacionais: Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2010a); Educação Infantil (BRASIL, 2009); Ensino Fundamental (BRASIL, 2010b); Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012); Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006a); e Formação de Professores Indígenas (BRASIL, 2015). Igualmente, as análises auxiliaram no tratamento do conteúdo do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Unifesspa (UNIFESSPA, 2018).

Para o tratamento dos elementos coletados nos referidos documentos, utilizou-se a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016), se trata de

[...] [um] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 54).

Em outras palavras, trata-se de um aporte teórico-metodológico que possibilitou a inferência acerca do “conteúdo e expressão desse conteúdo”, isto é, sua axiologia (BARDIN, 2016). Neste contexto, tal abordagem subsidiou a apreciação das

Resoluções e Pareceres concernentes às Diretrizes Curriculares Nacionais já mencionadas.

O tratamento dos documentos supracitados se deu a partir do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2016). As etapas desdobraram-se da seguinte forma: 1) exploração do material (leitura exploratória/flutuante); 2) interpretação dos resultados obtidos (resultados gerais acerca dos documentos analisados); 3) sintetização e seleção dos resultados (codificação; seleção dos dados brutos); 4) categorização (agrupamento dos dados em categorias de análise); 5) inferência (interpretação crítica do conteúdo da mensagem).

O Quadro 1 elenca os documentos analisados pela presente pesquisa, os quais estão dispostos por ordem cronológica, bem como dispõe de uma breve descrição acerca do teor de cada documento.

Quadro 1 – Lista de documentos oficiais analisados

Documento	Descrição	Ano
Resolução CNE/CP nº 1/2006	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura	2006
Parecer CNE/CEB nº 20/2009	Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	2009
Resolução nº 5/2009	Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	2009
Parecer CNE/CEB nº 7/2010	Dispõe sobre a formulação da Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	2010
Resolução nº 4/2010	Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	2010
Parecer CNE/CEB nº 11/2010	Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	2010
Resolução nº 7/2010	Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.	2010
Parecer CNE/CEB nº 13/2012	Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica	2012
Resolução nº 5/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica	2012
Resolução nº 1/2015	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências	2015

Fonte: Autoria própria. 2019.

Os documentos supracitados foram selecionados tendo em vista o campo de atuação do professor licenciado em Pedagogia, bem como os documentos que direcionam seus processos formativos no campo do currículo. O mesmo critério foi utilizado para selecionar os documentos que dizem respeito à EEI. O acesso às DCN se deu a partir de pesquisas via internet no Portal do Ministério da Educação (MEC). Igualmente, acessou-se o PPC do curso de Pedagogia por meio do Centro de Registro e Controle Acadêmico (CRCA)⁴, da Unifesspa.

ANÁLISES E RESULTADOS

Suleados⁵ pela questão: Como estão caracterizadas as políticas curriculares voltadas para a formação de professores da educação básica com foco na abordagem em EEI no curso de Licenciatura em Pedagogia da Unifesspa, inicialmente buscou-se verificar nas DCN direcionadas ao curso de Pedagogia, de Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Formação de Professores Indígenas e EEI, aspectos que estivessem relacionados ao conceito de interculturalidade.

Assim, com base no eixo da pesquisa e seus objetivos e ainda tendo como abordagem metodológica a análise de conteúdo, foram elaboradas 4 (quatro) categorias de análise, a saber: currículo para a diversidade; valorização das diferenças; práticas pedagógicas; e formação de professores. Tais categorias direcionaram o olhar sobre os documentos, mantendo o foco sobre as orientações curriculares para a formação de pedagogos a partir do eixo da interculturalidade.

Em uma leitura inicial, foi notório o discurso sobre o reconhecimento e valorização da diversidade cultural que demarca o Estado brasileiro, sobretudo, no que tange aos povos tradicionais e africanos. De modo geral, todas as DCN analisadas referentes à educação básica ressaltam o reconhecimento da cultura e tradições de tais sujeitos. Entretanto, observa-se que as mesmas DCN tratam os processos históricos de escravização e genocídio desses povos com certo eufemismo, isto é, concebem tais questões como algo naturalizado, com pouca ou nenhuma problematização.

Para o aprofundamento de tal questão, seria necessário analisar também os documentos referentes à implementação da temática “história e cultura africana e indígena”, como por exemplo, as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006b), bem como outros documentos pertinentes ao tema, no intuito de compreender como essa problemática está inserida nos demais documentos de cunho curricular. Contudo, esse é um tema que foge ao escopo desta pesquisa, o que não anula a possibilidade desse estudo ser desenvolvido e ampliado em outras produções.

A análise possibilitou notar que alguns termos, como interculturalidade, multiculturalismo, diversidade cultural, pluralidade cultural, se confundem ao longo dos documentos analisados e/ou não evidenciam seus conceitos, bem como suscitam certa aleatoriedade em sua utilização.

A título de exemplo, das 42 (quarenta e duas) menções ao termo “intercultural/interculturalidade” feitas ao longo dos documentos analisados, nenhuma das DCN faz tal uso em contextos diferentes daqueles que tratam da EEI e/ou formação de professores indígenas, o que mostra que o conceito de interculturalidade

⁵ Paulo Freire lançou mão deste termo em contraposição ao Norte Global, sempre tido como referência universal. Assim, sulear significa construir paradigmas outros no que se refere a práticas educativas emancipatórias advindas do Sul Global (ADAMS, 2008).

enquanto projeto político-ideológico de sociedade, tal como sugere Walsh (2007; 2009), ainda se encontra “amarrada” somente ao contexto dos povos indígenas. Embora importante, porém é necessário ampliar o olhar, no sentido de que a interculturalidade deve fazer parte da concepção de sociedade vivenciada pelos brasileiros, independentemente de sua ancestralidade indígena.

No que se refere ao PPC do curso de Pedagogia da Unifesspa, o qual foi implementado a partir do ano de 2018, faz-se algumas menções acerca da importância do papel do pedagogo na luta pela diminuição dos antagonismos sociais na região sul e sudeste do Pará; o reconhecimento de saberes locais, regionais e universais, na construção do conhecimento, bem como uma contextualização da formação sócio-histórica da região. O documento do PPC de Pedagogia faz menção ainda aos conflitos envolvendo os povos tradicionais da região (FACED, 2018). Entretanto, no que tange ao currículo, ao logo do documento, inúmeras lacunas são observadas e apontam a necessidade de refletir acerca de tais aspectos no âmbito da interculturalidade.

Dividido em 4 (quatro) núcleos formativos (Núcleo de Estudos Básicos (NEBs); Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (NADEs); Núcleo de Estudos Integradores (NEIs); Núcleo de Estudos Complementares (NES), em cada um dos quatro foram identificados aspectos a serem repensados.

No NEBs, que trata dos 4 (quatro) primeiros semestres formativos do curso de Pedagogia da Unifesspa, apenas 1 (uma) disciplina teria a possibilidade de abordar de modo mais contundente a formação histórica e cultural dos povos indígenas da Amazônia Paraense, a qual intitula-se “História da Educação do Brasil e da Amazônia”. Entretanto, a ementa não demonstra o debate a ser tecido na perspectiva da interculturalidade.

O NADEs, Núcleo que aborda conteúdos referentes à atuação profissional do pedagogo em espaços escolares e não-escolares, apresenta alguns aspectos concernentes à perspectiva intercultural. Um avanço importante nesse sentido foi a inserção da disciplina “Educação Indígena e Interculturalidade”, embora se reconheça que o acréscimo de uma disciplina não é o suficiente para tornar real o diálogo intercultural.

O NEIs busca, a partir dos Núcleos que compõem o curso de Pedagogia da Unifesspa, realizar estudos e atividades voltadas ao ensino, pesquisa e extensão. Salienta-se aqui a importância do Núcleo de Estudos em Relações Interculturais e Educação (NERIE) e do Núcleo de Estudos em Relações Étnico-raciais, Movimentos Sociais e Educação (N'UMBUNTU). Apesar da importância da implementação de tais Núcleos, os mesmos são de caráter eletivo, o que faz com que nem todos os discentes vivenciem as experiências promovidas pelos mesmos.

O NES permite que o aluno tenha autonomia para decidir sobre sua participação em eventos acadêmico-científicos, estudantis etc. Entretanto, embora o NES tenha uma finalidade importante, não são citadas como atividades as culturais, as quais também podem ser um rico momento de aprendizado e estabelecimento de diálogos interculturais.

CONSIDERAÇÕES

A despeito das lacunas nas DCN analisadas e na estrutura curricular do curso de Pedagogia da Unifesspa, reconhece-se que o PPC em vigor do curso supracitado caminha rumo à construção de uma perspectiva intercultural de currículo. Assim, a presente pesquisa visa contribuir com indicações para a reformulação do mesmo, buscando uma abordagem horizontal e inclusiva dos saberes que constituem sua tessitura curricular, compreendendo a formação inicial de professores de modo que esteja atrelada à dimensão cultural no contexto em que tais sujeitos se inserem/inserirão.

O que o presente trabalho propõe não é a construção de um currículo de formação em Pedagogia integralmente relacionado aos saberes tradicionais das populações indígenas da região – uma vez que para essa finalidade, a necessidade de tais atores sociais somente é/será suprida a partir da oferta de cursos específicos, como licenciaturas e pedagogias interculturais. O que se pretendeu aqui não foi “falar pelo subalterno”, mas criar condições para que tais sujeitos possam ter voz dentro da tessitura dos processos educativos (SPIVAK, 2010). Assim, podem ter de fato suas demandas sociais e culturais problematizadas e debatidas, a fim de construir paradigmas outros (WALSH, 2007), isto é, confrontar a lógica de submissão à uma pedagogia hegemônica, com vistas à construção de uma pedagogia intercultural.

Por fim, destaca-se que o trabalho em destaque traz inúmeras possibilidades de aprofundamento e continuidade do tema no campo dos processos formativos, como análises de como os outros campos, além da Pedagogia, podem colaborar para a permanência e progresso acadêmico de estudantes indígenas que ingressam nos cursos de formação superior.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. Sulear (verbete). In: STRECK, D. R.; REDIN, E. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008. p. 396-398.

ALENCAR, M. C. M. **Eu acho que os índios não querem mais falar na linguagem por causa do preconceito, não é professora!** Desafios na educação escolar intercultural bilíngue entre os aikewara & guarani-mbya no sudeste do Pará. 2018. 384f. Tese

(Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 01 de 7 de janeiro de 2015**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Brasília: MEC/CNE/CP, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena na educação básica. Brasília: MEC/CNE/CP, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4/2010**. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Brasília: MEC/CNE/CP, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa diretrizes curriculares nacionais para o Ensino fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: MEC/CNE/CP, 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB 5/2009**. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC/CNE/CP, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia. Brasília: MEC/CNE/CP, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006b.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: SANTIAGO, C.-G.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. 2007. p. 93-126.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-72.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. (Conferencia presentada en el Seminario "Interculturalidad y Educación Intercultural", Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz). 2009. Disponible en <http://docplayer.es/13551165-Interculturalidad-critica-y-educacion-intercultural.html>. Acceso en 18 ago 2020.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder: um pensamento y posicionamento "otro" desde la diferencia colonial. In: SANTIAGO, C.-G.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. 2007. p. 47-62.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Faculdade de Ciências da Educação. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Marabá, 2018.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. **Programa de Acolhimento Estudantil & Diversidade:** Indígenas e quilombolas na Unifesspa. Pesquisa Diagnóstico. Marabá, 2016.